

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.568.804 - DF (2015/0297410-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : GOLD SANTORINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
SPE LTDA
RECORRENTE : GOLDFARB INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A
RECORRENTE : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR - SP142452
ROBSON TÂNIO MOREIRA ALVES JÚNIOR E OUTRO(S) -
DF030697
GISELLE PAULO SERVIO DA SILVA - SP308505
FABIO RIVELLI - DF045788
RECORRIDO : JAIR JUNIOR SOARES VIANA FILHO
RECORRIDO : TATIANE APARECIDA VIEIRA VIANA
ADVOGADO : NATHALIA MONICI LIMA E OUTRO(S) - DF027171
AGRAVANTE : TATIANE APARECIDA VIEIRA VIANA
AGRAVANTE : JAIR JUNIOR SOARES VIANA FILHO
ADVOGADO : NATHALIA MONICI LIMA E OUTRO(S) - DF027171
AGRAVADO : GOLD SANTORINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
SPE LTDA
AGRAVADO : GOLDFARB INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES S/A
AGRAVADO : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E
PARTICIPAÇÕES
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS DE LIMA JÚNIOR - SP142452
ROBSON TÂNIO MOREIRA ALVES JÚNIOR E OUTRO(S) -
DF030697
FABIO RIVELLI - DF045788
GISELLE PAULO SERVIO DA SILVA - DF047831

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JAIR JÚNIOR SOARES VIANA FILHO e TATIANE APARECIDA VIEIRA VIANA, contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial interposto pelos agravantes, com base nos seguintes fundamentos: *i*) incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ, no tocante às teses de ilicitude da cláusula contratual de tolerância e de afastamento da cobrança de comissão de corretagem; *ii*) incidência da Súmula 7 do STJ, no

Superior Tribunal de Justiça

tocante aos pedidos de compensação por danos morais e de devolução em dobro dos valores despendidos pelos agravantes com aluguéis; *iii*) incidência da Súmula 83 do STJ, no tocante ao ressarcimento dos valores pagos a título de juros de obra; *iv*) dissídio jurisprudencial prejudicado pela incidência da Súmula 7 do STJ.

Entretanto, a parte agravante, não demonstrou, de forma consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: *i*) incidência da Súmula 7 do STJ, no tocante aos pedidos de compensação por danos morais e de devolução em dobro dos valores despendidos pelos agravantes com aluguéis; *ii*) incidência da Súmula 83 do STJ, no tocante ao ressarcimento dos valores pagos a título de juros de obra; *iii*) dissídio jurisprudencial prejudicado pela incidência da Súmula 7 do STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora